

OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO ESTÃO SE TORNANDO DESENVOLVIDOS?

Niemeyer Almeida Filho*

A crise dos mercados *subprime* (crédito de risco) nos EUA e sua extensão para as finanças americanas e as do mundo levantou, de uma forma inteiramente nova, a antiga discussão da convergência das rendas nacionais no âmbito da economia global¹. O ponto de partida da discussão é se existiria, ou estaria em curso, um descolamento (decoupling) do crescimento dos “países em desenvolvimento” do crescimento dos “países desenvolvidos”². Os dados que dão base à discussão são do crescimento diferenciado para maior dos países em desenvolvimento em relação aos desenvolvidos, desde 2005. Esse descolamento permitiria projetar tendências que poderiam, em determinadas circunstâncias, se consolidar nos próximos anos, diminuindo assim o hiato de desenvolvimento entre os dois grupos de países.

A descrição do tema foi feita em artigo por Canuto (2009), no qual ele mostra que haveria razões para sustentar esta possibilidade. Em parte, os elementos teóricos e empíricos que ele utiliza estão em Brahmhatt e Da Silva (2009), que fazem uma comparação da crise atual com a dos anos 1930.

Esta discussão somou-se a outra anterior que se relaciona com os BRICs³. Projeções feitas em 2001 pela Goldman Sachs⁴ apontavam uma tendência de aumento do peso econômico dos quatro países, no que diz respeito à população e produção de riqueza. Da mesma forma que o debate do descolamento o relatório formula tendências e resultados, neste caso para os próximos quarenta anos, até

* Professor Associado do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Brasil.

¹ A convergência das rendas nacionais nasce do trabalho seminal de Robert Solow sobre crescimento (1956; 1957). Contudo, para os propósitos deste artigo, uma referência importante é Baumol (1986), que concluiu pela existência de convergência de renda entre os países industrializados. Veja, também, para a discussão de crescimento Romer (1986).

² Esta terminologia é do Banco Mundial, que considera todos os países com renda baixa e média como “em desenvolvimento”. Algumas vezes se utiliza a expressão de “países emergentes” como sinônimo de “países em desenvolvimento”, descrevendo-os a partir de um padrão de vida relativamente baixo, uma base industrial em desenvolvimento e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) variando entre médio e elevado.

³ Brasil, Rússia, Índia e China.

⁴ Relatório “Building Better Global Economic Brics” de 2001.

2050. A diferença é que o argumento é sustentado na participação significativa e crescente de um grupo mais restrito de países. O ponto em comum é o de firmar a posição de que o sistema global não é necessariamente hierarquizado, admitindo mudanças estruturais a partir de circunstâncias de mercado, na direção da convergência.

Propomos que esta discussão seja sintetizada numa pergunta: os países em desenvolvimento estão se tornando desenvolvidos?

A resposta que pretendemos apresentar neste artigo é negativa. Há pesquisas realizadas a partir da perspectiva de uma economia global estruturalmente hierarquizada, nos termos de Marini ([1973]2000), de Arrighi (1995) e de Dos Santos (2004) que mostram uma relação histórica orgânica entre países em desenvolvimento e desenvolvidos, que tende a se reproduzir a menos que ocorram alterações estruturais no comércio e na inserção internacional de todos os países. A hierarquização é traduzida nos conceitos de hegemonia e dependência, este último específico para apreender as condições estruturais dos países em desenvolvimento. Na ausência dessas alterações, as eventuais mudanças nas participações relativas dos países no comércio, produção e fluxos financeiros globais seriam circunstanciais, sem potencial de aproximar as condições econômicas e sociais das diversas economias de um nível comum. Portanto, um possível descolamento dos crescimentos nacionais de economias em desenvolvimento e economias desenvolvidas não se apresentaria como uma possibilidade efetiva nas condições atuais.

Esta abordagem, por sua vez, é compatível com a perspectiva Keynesiana, no sentido de que formula a dinâmica do desenvolvimento vinculada à lógica de uma economia monetária em que a busca da valorização dos capitais individuais gera forte instabilidade, num ambiente dominado pela incerteza. No contexto do capitalismo atual, a dinâmica dos países centrais influencia diretamente as decisões da alocação dos capitais, especialmente em um mundo em que domina a forte liberalização do comércio e dos capitais. Nesta situação, os países periféricos, que não têm moeda forte, são vistos em uma posição hierárquica menor de preferência e a direção de recursos aos mesmos depende de que sejam oferecidas vantagens ESPECIAIS de rentabilidade ou de condições de custo. Neste sentido, não há convergência de rentabilidades, antes pelo contrário.

Ademais, os acontecimentos ocorridos nos países centrais, especialmente

nos Estados Unidos afetam diretamente essas decisões. A política monetária americana é central aos fluxos de capitais uma vez que estes tomam como referência as taxas em dólares dos títulos de dívida mais seguros, que são os emitidos pelo Tesouro Americano (Minsky, 1994). Do lado dos fluxos de investimentos diretos, as decisões levam em conta as condições especiais de rentabilidade oferecidas pelos países periféricos, como também as condições de custo como, por exemplo, o da mão de obra.

Esta posição pode ser sintetizada na ideia de que existe efetivamente uma divisão internacional do trabalho, que foi estabelecida por um percurso histórico de consolidação do capitalismo como um sistema global ao longo de aproximadamente duzentos anos;⁵ mais ainda, que esta divisão internacional do trabalho se reproduz indefinidamente, a menos que aspectos estruturais sejam alterados.

O artigo está dividido em duas seções. Na primeira delas tratamos da hierarquização existente no capitalismo global e da definição de capitalismo dependente, tomando como referência as condições da América Latina. Na segunda seção, tratamos das condições de inserção internacional do Brasil, como uma referência importante de uma discussão do potencial de desenvolvimento dos BRICs.

2. Hierarquização e dependência no capitalismo contemporâneo

A ideia de que o sistema capitalista global é hierarquizado, isto é, de que se trata de um sistema em que os países têm importâncias e influências distintas quanto a dimensões econômica, territorial e de população parece-nos indiscutível. Daí decorre a existência de uma divisão internacional do trabalho entre os países\ economias que compõem este sistema global. A razão mais evidente para isto é que as economias que compõem este sistema dispõem de diferentes recursos produtivos, porém há outros elementos mais que acabam por dar sustentação a

⁵ Aqui tomamos a referência do Congresso de Viena de 1815, onde foi feito esforço de redesenho do mapa político da Europa após a derrota do Império Francês Napoleônico. O objetivo foi restaurar os respectivos tronos às famílias reais derrotadas pelas tropas de Napoleão Bonaparte (como a restauração dos Bourbon) e firmar uma aliança entre os signatários.

um debate histórico a respeito da possível estabilidade e reprodução dessa divisão internacional do trabalho.

Há polarização de posições nos termos anunciados na introdução deste trabalho. De um lado estão aqueles que sustentam a possibilidade do desenvolvimento e progresso para o conjunto de países\economias, a depender de condições de disponibilidade de recursos produtivos (os fatores de produção) e da adoção das “políticas adequadas”. De outro lado, estão aqueles que consideram que essa divisão internacional do trabalho é resultado de um processo histórico de autonomização política dos países e de transição ao capitalismo. Sustenta-se que uma vez conformada a divisão do trabalho ela tende a se reproduzir.

Como já antecipamos na introdução, os dados dos anos 2000 parecem corroborar a ideia de que há mobilidade na ordem internacional. Isto pode ser aferido por dados disponíveis no World Development Indicators (WDI-Banco Mundial).

Porém, antes de apresentar esses dados é interessante para fins analíticos introduzir uma metodologia utilizada por Arrighi (1997). Segundo ele, há um **núcleo orgânico do capitalismo**, que consiste num conjunto formado pelos países que nos últimos cinquenta anos, até 1988, ocuparam as posições mais altas na hierarquia da riqueza global e, em virtude desta posição, estabeleceram (individual ou coletivamente) os padrões de riqueza a que todos os outros Estados aspiram. Os demais países são considerados como periféricos, subordinando-se aos rumos determinados pelo primeiro grupo, exatamente nos termos colocados, como ideia, pelos **dependentistas**⁶.

Os dados de Arrighi (1997), atualizados em Almeida Filho e Corrêa (2000), compilados na Tabela 1, mostram que a característica desse sistema global é a concentração de riqueza, seja na dimensão das economias nacionais, seja na dimensão das unidades de capital, ou mesmo, na dimensão interpessoal. O quadro abaixo sintetiza a concentração nos últimos dezoito anos em nível das economias

⁶ O conjunto “países periféricos” não corresponde aos países que estão fora o Núcleo Orgânico, pois esta referência diz respeito aos países inseridos naquilo que poderia ser tomado como o sistema capitalista global. Há países que têm uma inserção insignificante do ponto de vista de uma distribuição internacional do trabalho, como é caso de muitos países africanos. O mais apropriado, neste caso, seria referir-se a esses últimos países como “países marginais”, isto é, países que não têm inserção estrutural no sistema capitalista. Os dependentistas são os formuladores da Teoria da Dependência, que mais à frente detalharemos.

nacionais. Há um aumento de participação da “periferia”⁷ em relação ao Núcleo Orgânico, porém mantém-se a ideia de concentração do comando pela significativa participação deste último grupo de países, que é ainda em 2008 da ordem de 52% da riqueza global.

Tabela 1 - Importância Relativa da Riqueza Gerada no Núcleo Orgânico em comparação a regiões em períodos seleccionados

| Regiões e países seleccionados | Períodos | | | | |
|--------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|--------------------|-------------------------|
| | 1990 | 2000 | -----2008----- | | |
| | PIB Us\$ billion | PIB Us\$ billion | PIB Us\$ billion | Population 1000 | Area Km ² |
| Mundo | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Núcleo Orgânico | 65,42 | 65,21 | 52,93 | 11,42 | 7,2 |
| América Latina Caribe | 5,03 | 6,36 | 7,01 | 8,45 | 15,26 |
| China | 1,21 | 3,74 | 7,14 | 19,81 | 7,18 |
| Outros | 28,34 | 24,69 | 32,92 | 60,32 | 70,36 |

Fonte: WDI

Fica evidente que a concentração vem sendo afetada significativamente pelo desempenho da economia da China, além de alguns outros países da Ásia. No entanto, se considerarmos o desempenho da China como extraordinário, a concentração ainda se mantém em níveis muito altos, projetando mesmo a sua manutenção por muito tempo.

⁷ Colocamos a palavra entre aspas porque ela não é utilizada por Giovanni Arrighi. Assim, trata-se de uma adaptação, pertinente pela natureza dos argumentos deste autor.

Tabela 2 – Crescimento Médio Comparado dos PIBs para Grupos e Países Selecionados

| Grupos e países \ períodos | % dos PIBs | | | | | | |
|----------------------------|------------|--------|-------|-------|------|-----|--------------------|
| | Mundo | Brasil | China | Índia | OCDE | EUA | Países renda média |
| 1972-2007 | 3,2 | 3,8 | 9,0 | 5,3 | 2,9 | 3,1 | 4,4 |
| 1980-1989 | 3,0 | 3,0 | 9,3 | 5,7 | 3,0 | 3,0 | 3,4 |
| 1990-1999 | 2,7 | 1,6 | 10,0 | 5,7 | 2,5 | 3,1 | 3,5 |
| 2000-2007 | 2,9 | 3,4 | 10,0 | 7,2 | 2,4 | 2,6 | 6,0 |

Fonte: WDI

Além disto, a tendência expressa nas taxas de crescimento dos PIBs precisa ser qualificada pelos dados per capita, que se constituem na medida mais simples de indicação de nível de desenvolvimento. Esses dados informam significativas disparidades de condição de vida entre os países do Núcleo Orgânico e a da Periferia. (veja Tabela 3)

Tabela 3: Comparação de PIBs per capita de Países e Agregados Selecionados

| Regiões e Países | dólares de 2000 | | | | | |
|-----------------------|-----------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | Períodos | | | | | |
| | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
| América Latina Caribe | 3894 | 4082 | 4230 | 4416 | 4618 | 4767 |
| Brasil | 3736 | 3899 | 3975 | 4087 | 4274 | 4448 |
| Renda alta OECD | 27474 | 28141 | 28659 | 29292 | 29802 | 29820 |
| Renda média e baixa | 1287 | 1365 | 1441 | 1533 | 1638 | 1717 |
| China | 1209 | 1323 | 1452 | 1612 | 1811 | 1963 |
| Índia | 512 | 546 | 589 | 637 | 686 | 724 |

Fonte: WDI

Esta possível contradição entre o aumento da importância relativa de alguns países da Periferia com a ideia de que há um Núcleo Orgânico do capitalismo, que controla os rumos do desenvolvimento global, pode ser resolvido se tratarmos da dimensão da corrente do comércio internacional, traduzida nos fluxos de entrada e saída de produtos.

Na Tabela 4 fica evidenciado o significativo crescimento da corrente do comércio internacional na fase atual do desenvolvimento capitalista. Este crescimento é feito à custa da importância relativa dos mercados domésticos, aumentando os vínculos econômicos entre as economias que compõem o sistema capitalista global⁸.

Tabela 4: Expansão do Comércio Mundial

- Conta Corrente como % do PIB -

| Período | CC/PIB |
|---------|--------|
| 1972 | 13,84 |
| 1975 | 16,47 |
| 1980 | 18,75 |
| 1985 | 18,90 |
| 1990 | 19,05 |
| 1995 | 21,17 |
| 2000 | 24,65 |
| 2003 | 23,92 |

Fonte: WDI

Em termos de tendências, o crescimento da corrente de comércio mostra que a inserção internacional das economias vem se tornando cada vez mais importante, de modo que é preciso analisar em que condições as economias em desenvolvimento aproximam-se das economias desenvolvidas.

Parece-nos licito afirmar que as participações relativas dos países que compõem o sistema global vêm se modificando gradualmente, porém não na sua essência. Isto significa que há mudanças marginais com acelerações do crescimento

⁸ Não é nosso propósito tratar das consequências que este fato traduz. O aumento da importância relativa do comércio internacional opõe-se ao fortalecimento do Estado Nacional, seja pela diminuição relativa do mercado interno, seja pela diminuição relativa dos recursos disponíveis ao "fundo público" (a receita de impostos, sobretudo), pois a competitividade própria ao comércio internacional exige desoneração de produtos.

de algumas economias, sem, contudo, afetar significativamente a concentração de riqueza no Núcleo Orgânico do Capitalismo.

Há pesquisa e produção bibliográfica suficiente para sustentar esta nossa afirmação, sobretudo os argumentos formulados pelos teóricos da dependência (Frank, 1978; Marini, [1973]2000; Dos Santos, 1970; Cardoso & Falleto, 1970) e, posteriormente, pelos teóricos do sistema mundo (Wallerstein 1974; Arrighi 1996; 1997).

A ideia de dependência apresenta um sentido quase que consensual, embora haja divergências a respeito do seu status teórico.⁹ Para os propósitos do presente artigo parece-nos suficiente apresentar a definição de Dos Santos (1970) como base para os argumentos que se seguirão:

By dependence we mean a situation in which the economy of certain countries is conditioned by the development and expansion of another economy to which the former is subjected. (Dos Santos, 1970:231)

Este foco enxuto da ideia de dependência por certo não é fiel aos argumentos e aos debates acalorados que ocorreram nos anos 1970, sobretudo aqueles que aconteceram no Brasil. Ali, como está muito bem apreendido em Paulani & Pato (2006:43-46), tratava-se de discutir se o projeto de desenvolvimento capitalista brasileiro (e outros da América Latina) tinha potencial de se concretizar. As posições radicalizaram-se entre a negação completa (Marini) e um exagero de potencial (Serra e Cardoso)¹⁰.

Mesmo assim, esse foco de debate apreende suficientemente a dimensão estrutural do sistema capitalista global que aqui pretendemos explorar, particularmente desde que o mesmo incorporou todo o espaço que o processo de acumulação de capital poderia aproveitar e que é extensivamente referido como de globalização.¹¹

⁹ Esta questão está tratada em Almeida Filho (2005) e Araújo (2001). Uma síntese do debate propriamente pode ser encontrada em Hunt (1989); Hette (1990); Kay (1989); Larrain (1989); e LeChman (1990).

¹⁰ Enquanto Marini, em particular, procurava mostrar que o desenvolvimento capitalista exigia um rompimento (evidentemente, esta não era a sua preferência) das amarras da dependência, com mobilização política suficiente para alterar uma inserção internacional historicamente construída e sob controle dos países imperialistas, Fernando Henrique Cardoso argumentava que era possível desenvolvimento numa situação de dependência, inclusive com aproximação da condição de desenvolvimento da periferia daquela dos países centrais.

¹¹ Estamos nos referindo ao período que se abre nos anos 1990, quando socialismo real virtualmente sucumbe, mantendo-se marginalmente, pois a economia chinesa abre-se

O ponto a considerar é que o desenvolvimento dos países da periferia está condicionado pelo desenvolvimento dos países centrais, ao tempo em que servem de base para a sua aceleração. Este é um ponto intensamente trabalhado por Marini ([1973]2000:113), mediante o uso do conceito de superexploração da força de trabalho, muito embora o argumento seja mais diretamente utilizado para interpretar as condições concretas dos países da América Latina e não da periferia como um todo.

O texto mais conhecido de Marini sobre este assunto - Dialética da Dependência - faz um longo percurso histórico, desde o período colonial, passando pela etapa de exportação capitalista, até os anos 1960, para mostrar que a dependência é produto de um processo histórico de inserção das economias periféricas no capitalismo global.

O argumento pode ser sintetizado nos termos atuais da seguinte forma. Desde os primórdios da divisão internacional do trabalho no mundo capitalista os países da América Latina inseriram-se como fornecedores de bens-salário e matérias primas. O processo de industrialização tornou esta inserção mais diversificada, mas não a alterou na essência: a diversificação ocorreu na margem, conservando as antigas exportações e complementando-as com bens mais sofisticados. A inserção não permite uma dinâmica de acumulação a essas economias que seja baseada no progresso técnico, exigindo depreciação dos salários, o que por sua vez determina um mercado interno limitado. Vale a pena a reprodução da formulação de Marini nos seus próprios termos:

A inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências que coloca (sic) nos países capitalistas a passagem à produção de mais-valia relativa. Esta é entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho. (Marini, [1973]2000:113)

A passagem à mais-valia relativa apreende a ênfase concorrencial no progresso técnico, com aumento de produtividade do trabalho pela incorporação de novas técnicas produtivas. Isto permite o aumento da expropriação do trabalho sem necessariamente aumentar o dispêndio de energia física do trabalhador,

ao capitalismo. Daí para frente, só ficam de fora do sistema global os espaços que não apresentam sinergia com o processo de acumulação global, grande parte deles situados no continente africano.

possibilitando ainda a aceleração da produção. A condição histórica correspondente à primeira fase de expansão capitalista era de aumento da expropriação pela extensão e intensificação da jornada, a mais valia absoluta.

Para que a mais-valia relativa ocorra é essencial que as novas técnicas produtivas venham a diminuir o custo de reprodução da força de trabalho, que determina o piso para a reprodução da mesma. Assim, se pudéssemos imaginar uma economia isolada, haveria uma dinâmica especializada com setores produzindo bens-salário e outros produzindo bens de produção e bens de consumo capitalista. Os limites desta dinâmica seriam dados pela capacidade de consumo total de bens finais pela economia.

Entretanto, a ideia de partirmos da divisão internacional do trabalho para responder à questão posta na introdução está precisamente justificada pelas mudanças que ela vem a produzir em cada uma das economias. O movimento de superação dos limites apontados acima é feito pela incorporação de novos espaços de produção/consumo, o que foi realizado pelo movimento histórico imperialista. A divisão internacional do trabalho pode ser, portanto, tomada como resultado desse processo.

De todo modo, segundo Marini a divisão internacional do trabalho que resultou do primeiro movimento de internacionalização, ainda no século XIX, com incorporação de novos mercados, reservou à América Latina a função de fornecedora de alimentos e matérias-primas.

As consequências desse papel para o desenvolvimento são claras. Em primeiro lugar, ocorrem trocas desiguais no comércio internacional. Os produtos industrializados submetem-se ao processo concorrencial cuja natureza é de obtenção de ganhos extraordinários pela via da incorporação do progresso técnico. Há queda de preços compensada pelo aumento de produtividade e aumento da produção; mas, quanto ao comércio, esses produtos têm preços relativos mais altos que os produtos primários¹².

Explica Marini que esta condição dos países da América Latina traz consequências dramáticas para o desenvolvimento de suas economias. Isto porque no trabalhador aparecem duas características contraditórias: ele é produtor e consumidor de mercadorias. O desenvolvimento do capitalismo e a sua expansão

¹² A problemática é a mesma da CEPAL do intercâmbio desigual. Como veremos, a análise de Marini leva a caminhos distintos.

acelerada da produção vão exigir que essa condição de consumidor seja exercida o mais amplamente possível, de modo que um nível geral de salários relativamente mais baixo funciona como o limitador de potencial. Em contraste, o aumento de salários permite a aproximação do padrão de consumo dos trabalhadores do padrão de consumo capitalista, deslocando favoravelmente as demandas por produtos mais sofisticados, que são os principais aceleradores da dinâmica da acumulação.

Numa economia em que há superexploração, esta condição não é exercida da mesma maneira que numa economia desenvolvida. Desta forma, a natureza da acumulação mesma vai sendo redefinida. Segundo ele, o processo histórico de industrialização dessas economias não foi suficiente para alterar a determinação estrutural. A diversificação que a industrialização produziu encontrou seus limites na expansão do mercado interno dessas economias, engendrando um novo ciclo de exportações de bens-salário e matérias-primas, uma espécie de reiteração da inserção histórica.

Marini assume que a divisão internacional do trabalho, que se estabeleceu no século XIX e que é o seu ponto de partida de análise, sofre mudanças com o desenvolvimento da economia global. Assim, após o processo de industrialização das economias latino-americanas, que ocorre na primeira metade do século XX, há mudanças qualitativas nessa divisão do trabalho, mas não se altera o aspecto que poderia ser tomado como fulcral. Persiste a característica da superexploração. Isto lhe permite denominar a ordem social da região (América Latina) como **capitalismo dependente**.

Coerente com sua motivação de apreender as condições de desenvolvimento da América Latina para instrumentalizar uma ação política de transformação, ele mostra que essa determinação estrutural só será alterada por uma ação política que reordene as economias nacionais, embora estas determinações estejam limitadas aos marcos do desenvolvimento capitalista.

3. A natureza da inserção brasileira na divisão internacional do trabalho

Estabelecida a tese da estabilidade estrutural da divisão internacional do trabalho, podemos agora nos voltar para os fenômenos dessa conjuntura. Aqui

o ponto de partida é a discussão da natureza das inserções internacionais das economias, que correspondem à divisão internacional do trabalho, cobrindo o campo dos fluxos reais (mercadorias e serviços produtivos) e de capitais.

A dinâmica contemporânea do sistema capitalista global tem como marca distintiva a integração, em tempo real, dos mercados financeiros nacionais, configurando virtualmente um mercado financeiro global; e isto sem uma institucionalidade supranacional que permita uma regulação global do campo das finanças, que passa a depender de acordos de definição de regras *ad hoc*. Esta característica consolidou a hegemonia da economia americana sobre o mundo, essencialmente porque os EUA controlam a moeda mundial, o dólar.¹³ Esta dinâmica pode ser traduzida pela ideia de um capitalismo financeirizado.

Em Harvey (2004) há uma apreensão interessante dessa dinâmica financeirizada a partir da formulação de duas lógicas distintas e relacionadas do desenvolvimento. A primeira delas é a lógica molecular do capital, que consiste na dinâmica concorrencial da acumulação do capital. Aí predomina a busca incessante pela valorização dos capitais em busca de novas fontes de acumulação, sobretudo mediante a incorporação de novas tecnologias de produção e organização do trabalho, de uma maneira semelhante àquela que Marini se referiu como a lógica da mais-valia relativa. A segunda lógica é a territorial, própria dos países e economias nacionais, onde prevalecem os interesses políticos nacionais, articulados pela divisão das classes sociais.

Esta formulação de Harvey permite alcançar elementos essenciais da determinação e reprodução das inserções internacionais das economias. A questão é que as inserções internacionais são em muitos dos casos ostensivamente desfavoráveis aos interesses nacionais sociais coletivos, aderindo-se privilegiadamente aos interesses particulares do processo de acumulação de capital. Neste caso, a lógica da territorial cumpre um papel importante de legitimação, criando condições para que os interesses particulares apareçam socialmente como interesses coletivos.¹⁴

O ponto a firmar é que existe uma tensão contraditória entre as duas

¹³ Este processo histórico está descrito em diversos livros. Para nós, as referências mais sólidas são de Hobsbawn (1994), Arrighi (1996), Brenner (2003) e Judt (2008).

¹⁴ Um exemplo dessa forma de legitimação são as políticas de apoio às exportações, incluindo favorecimentos que incluem a desoneração de impostos. Esta desoneração é feita a custa da diminuição dos recursos disponíveis ao Estado para realizar o seu papel.

lógicas, cuja apreensão histórica nos permite entender a ação de políticas de desenvolvimento nacionais que consolidam uma divisão internacional do trabalho desigual. É justamente neste plano que articulam-se os interesses entre as classes dominantes de países em desenvolvimento e países desenvolvidos.

O contexto da América Latina é exemplar a esse respeito. Nos anos 1950, a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe) sustentou recomendações de políticas de desenvolvimento que se destinavam a romper com a reprodução de uma divisão internacional do trabalho que se confrontava com os interesses regionais do desenvolvimento. A síntese dessas recomendações era a industrialização induzida pela ação coordenadora e produtiva do Estado.¹⁵

Os estudos da CEPAL então mostravam que a divisão internacional do trabalho dos anos 1950 reforçava a desigualdade entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, pois a inserção internacional regional era de exportação de produtos primários e importação de produtos industrializados. As pesquisas da agência realçaram que os produtos primários tinham uma tendência de queda nos preços internacionais, enquanto que os produtos industrializados apresentavam estabilidade ou tendência a elevação. Os dois movimentos implicavam numa queda na relação de troca.

Evidentemente, sabemos hoje que a adoção das políticas de industrialização não foi suficiente para alterar a inserção internacional das economias da região. Em parte, isto ocorreu pela insuficiência do diagnóstico. As determinações das inserções internacionais são mais complexas e amplas do que uma ação estritamente nacional possa alcançar. Porém, o insucesso das políticas de industrialização foi suficiente para estimular novas interpretações sobre o desenvolvimento da América Latina, parte das quais tratamos na seção anterior. Entretanto, as críticas não se centraram na formulação da queda das relações de troca, que passou a ser um ponto comum na análise histórica do desenvolvimento latino-americano.

Curiosamente, desde o fenômeno do Neoliberalismo nos anos 1990, no contexto histórico favorável de falência do socialismo real, há um retrocesso das políticas de desenvolvimento na América Latina, que passaram a reforçar a inserção internacional de fornecimento de produtos primários e primários processados, e importação de produtos industrializados. A literatura chama este outro fenômeno

¹⁵ Uma síntese das idéias da CEPAL estão compendiadas em Rodrigues (2008).

de reprimarização das economias.¹⁶

A motivação das políticas de desenvolvimento de reprimarização está diretamente ligada ao comportamento das principais commodities nos anos 2000, que inverteram a tendência de queda relativa em comparação aos produtos industrializados, e passaram a ter preços em elevação. Como vimos na apresentação dos dados comparativos do crescimento médio das economias na tabela 2, a elevação relaciona-se a principalmente à expansão dos BRICs, sobretudo da China e Índia, países de populações extraordinariamente grandes.¹⁷

Porém, dada a natureza da dinâmica concorrencial capitalista de ser dependente de inovações tecnológicas, que permitam a superação aos limites de consumo humano, engendrando regularmente novos padrões de consumo, é lícito desenhar uma tendência futura de reversão das circunstâncias desta conjuntura, recolocando os parâmetros da dependência: esta é a natureza da dinâmica capitalista avançada.

Esta claro que a hipótese de retorno dos preços dos produtos primários de exportação aos seus níveis históricos precisa ainda ser testada. No entanto, o aspecto a realçar é que os países da América Latina, especialmente o Brasil, vêm apostando firmemente na possibilidade de que esses preços se estabilizem em um novo patamar. Em outras palavras, esses países esperam consolidar, agora a partir de uma lógica da Periferia, a divisão do trabalho que antes se esforçavam para alterar.

Em síntese, considerando os aspectos colocados na primeira seção deste artigo, particularmente a proposição de que a hierarquização e a dependência ocorrem não apenas por relações econômicas, mas certamente por relações políticas de Estado e de classes sociais, não nos parece consistente aventar a possibilidade de que o desenvolvimento dos países da periferia esteja se descolando do desenvolvimento dos países desenvolvidos. Assim, reiterando, a resposta à indagação feita na introdução é negativa. Mais razoável é supor que há um desarranjo transitório do sistema capitalista global. Frank (1978) um dos principais inspiradores da Teoria da Dependência traduz essa condição em sua tese de que a Periferia cresce quando o centro perde vigor¹⁸. Se esta perda de vigor

¹⁶ Veja Nascimento et alli (2009).

¹⁷ Para uma discussão mais detalhada dos fatores que influenciaram a alta no preço das commodities, além de projeções, veja Prates (2007)

¹⁸ "Os satélites experimentam seus maiores desenvolvimentos econômicos e especialmente

se estender no tempo aí sim teríamos uma possibilidade real de mudança, contudo à custa de um reordenamento geral do sistema, situação em que o crescimento maior relativo dos países em desenvolvimento se fragmentaria.

Bibliografia

- ALMEIDA FILHO, N. O debate atual sobre a dependência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 32-50, 2005.
- ALMEIDA FILHO, N.; CORRÊA, V.P. Transição Brasileira: A configuração exemplar da nova forma de dependência dos países em desenvolvimento. In: *III Jornada de Economia Política*, 2000, Campinas. Anais conjuntos ANPEC/SBE/SEP, 2000.
- ARAÚJO, E.S. *A Teoria da Dependência Enquanto Interpretação do Desenvolvimento Capitalista nas Formações Sociais Periféricas: As Versões de Cardoso e Marini*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, UFU, Uberlândia, 132p, 2001.
- ARRIGHI, G. "A desigualdade mundial na distribuição de renda e o futuro do socialismo". In: SADER, E., org. *O mundo depois da queda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- . *O Longo Século XX*. São Paulo: UNESP, 1996.
- . "A ascensão do leste asiático: um milagre ou muitos?". In ARRIGHI, G. *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 53-92, 1997.
- BAUMOL, W. J. Productivity growth, convergence, and welfare: what the long-run data how, *American Economic Review*, 54, p.1072-1085, 1986.
- BRENNER, R. *O Boom e a Bolha – os Estados Unidos na Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CANUTO, O. *Decoupling, reverse coupling and all that jazz*. Originally published at: <http://blogs.worldbank.org/growth/team/ocanuto>. 2009.
- CARDOSO, F. H. *As Idéias e o seu Lugar*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CARDOSO, F. H. e FALETO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1969.
- DOS SANTOS, T. "Structures of Dependence". *The American Economic Review*, New York, pp 231-236, 1970.
- . *Economía Mundial La Integración Latinoamerica*. 1. ed. México: Plaza Janés, v. 1. 314 p, 2004.
- BRAHMBHATT, M.; DA SILVA, L. P. (2009). The global financial crisis: comparisons with

o seu mais clássico desenvolvimento industrial capitalista se e quando suas ligações com as metrópoles são mais fracas. **Corolário:** Quando a metrópole recupera-se da crise e restabelece os vínculos de comércio e investimentos, retomando completamente o satélite ao sistema, o desenvolvimento e industrialização dessas regiões é sustado em influenciado para direções que não são auto-perpetuadoras e promissoras." (Frank, 1978)

the Great Depression and scenarios for recovery. *PREM Notes*, The World Bank, n. 141, Aug. Available at: <<http://www1.worldbank.org/prem/PREMNotes/premnote141.pdf>>.

FRANK, A. G. "Dependence is dead, long live dependence and the class struggle". *World Development*, vol.5 (4), April, 1978.

HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HETTE, B. *Development Theory and the Three Worlds*. SAREL Report, R-2, Estocolmo, 1990.

HOBBSBAWN, E. *The Age of Extremes: The Short Twentieth Century, 1914-1991*, published Time Inc, 1994.

HUNT, D. *Economic Theories of Development*. London: Harvester, 1989.

JUDT, T. *Postwar: A History of Europe Since 1945*. s/l. 2008

KAY, C. *Latin American Theories of Development and Underdevelopment*. Londres: Routledge, 1989.

LARRAIN, J. *Theories of Development*. Londres: Blackwell, 1989.

LECHMAN, D. *Democracy and Development in Latin America*. Philadelphia: Temple University, 1990.

MARINI, R.M. (1973) *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

NASCIMENTO, C. A.; CARDOZO, S. A.; e CUNHA, S. F. *Reprimarização ou dependência estrutural de commodities? O debate em seu devido lugar*. http://www.sep.org.br/artigo/1692_80c8eae2a530def9d8bbcc62d6659e0c.pdf. 2009.

PAULANI, L. M.; PATO, C. G. G. "Investimentos e Servidão Financeira: o Brasil no último quarto de século". In: João Antonio de Paula. (Org.). *Adeus ao Desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PRATES, D. M. "A alta recente dos preços das commodities". *Revista de Economia Política*, vol. 27, nº 3 (107), pp. 323-344, julho-setembro, 2007.

RODRIGUES, O. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: CEPAL, Civilização Brasileira, 2008.

ROMER, P. "Increasing returns and long-run growth". In *Journal of Political Economy*, Vol. 94 (5), pp. 1002-1037, 1986.

SERRA, J. e CARDOSO, F.H. Las desventuras de la dialectica de la dependencia. *Revista Mexicana de Sociologia*, 40 (E), 1978.

SOLOW, R. M. "A contribution to the theory of economic growth." *Quarterly Journal of Economics*, February, 1956, pp. 65-94, 1956.

— . "Technical change and the aggregate production function." *Review of Economics and Statistics*, 39, August, 1957, pp. 312-320, 1957.

WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System, vol. I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York/London: Academic Press, 1974.

Recebido em: 01/07/2011

Aprovado em: 23/11/2011